



Anais da Assembléia

Nº 101

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, EM 31 DE AGOSTO DE 1979

ANO V

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA ATA DA 95ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 31 DE AGOSTO DE 1979

SEXTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Senhores Deputados Basílio Zanusso e Renato Bernardi.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nilton Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer, Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO - procede à leitura das atas das sessões anteriores, que são aprovadas sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Requerimentos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, de acordo com o Regimento Interno, e depois de ouvido o Plenário, vem, mui respeitosamente, REQUERER, seja consignado em ata um voto de pesar pelo falecimento do Sr. HUGO ZENI, ocorrido em Toledo, no dia 28 do corrente. Tratava-se de pessoa altamente estimada e relacionada na sociedade local, comerciante, merecedor de todo conceito, deixando uma lacuna irreparável na comunidade.

Requer, outrossim, que seja levado ao conhecimento da família enlutada este voto de pesar, ao seguinte endereço: Avenida Parigot de Souza, n.º 1337 - Toledo - PR.

Sala das Sessões, em 31 de agosto de 1979.

(a) EGON PUDELL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da sessão de hoje, um voto de profundo pesar, pelo passamento do Sr. Dr. SIDNEY LAUREANO LEME, ocorrido no último dia 30 de agosto.

O Dr. SIDNEY LAUREANO LEME contava com 38 anos de idade, era membro de tradicional família de UNIÃO DA VITÓRIA.

Outrossim, aprovado o presente, requer ainda, dê-se ciência da decisão da Casa, à família enlutada, em UNIÃO DA

VITÓRIA, a Rua D. Pedro II.

Sala das Sessões, em 31 de agosto de 1979.

(a) DOMÍCIO SCARAMELLA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, encaminhamento de expediente ao Excelentíssimo Senhor Diretor Presidente da TELEPAR, solicitando instalação de Posto Telefônico na localidade de Novo Sobradinho, Município de Toledo.

Distante da sede mais de 15 quilômetros, a localidade de Novo Sobradinho possui aproximadamente 5 mil habitantes, não havendo até o momento, nem um sistema de comunicação que não o rodoviário. Portanto, urge com que se instale, o mais breve possível um posto telefônico para que se possa atender aquela população.

Requer também, o envio de correspondência, comunicando o presente, ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Toledo e ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal do mesmo município.

Sala das Sessões, em 31 de agosto de 1979.

(a) NELTON FRIEDRICH

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja enviado expediente desta Casa ao Excelentíssimo Senhor Desembargador Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Paraná reivindicando a elevação da Comarca de Capanema de entrância inicial para intermediária, cuja necessidade é comprovada pelos anexos e ofícios da Câmara Municipal de Capanema.

Sala das Sessões, em 31 de agosto de 1979.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

JUSTIFICATIVA:

A constante dos requerimentos dos Srs. Vereadores Velsir Massaro e Abrão Marques. Solicita-se, outrossim, que do inteiro teor deste se dê conhecimento à Câmara Municipal de Capanema e ao Sr. Marcelino Ampessam, Presidente do Diretório Municipal da ARENA de Capanema.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário que seja enviado expediente desta Casa ratificando a solicitação da egrégia Câmara Municipal de Capanema no sentido de seja criada uma Inspeção Regional de Ensino no referido município, em razão dos motivos expostos no requerimento apenso do ilustre Vereador Valter Helmut Markus.

Requer-se, outrossim, que do inteiro teor deste se dê conhecimento à Câmara Municipal de Capanema, Inspeção Auxiliar de Ensino e Direção dos Estabelecimentos de segundo Grau daquela próspera comuna sudoestina.

Sala das Sessões, em 31 de agosto de 1979.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio

de expediente à Companhia de Telecomunicações do Paraná - TELEPAR, solicitando a implantação do sistema de Discagem Direta à Distância - DDD, na cidade de Antonina.

Sala das Sessões, em 31 de agosto de 1979.

(a) NILSO SGUAREZI

JUSTIFICATIVA:

Com a reativação de seu porto, o Município de Antonina carece, paralelamente, de serviços públicos básicos, naturalmente essenciais à nova fase de sua existência dentro do contexto econômico paranaense.

Notadamente o setor de comunicação apresenta-se como merecedor das atenções do Poder Público, vez que, praticamente encontra-se estrangulado e deficiente.

Indubitavelmente, a implantação do sistema de Discagem Direta à Distância - DDD, anulará um dos principais obstáculos à marcha que Antonina agora desenvolve em busca de seu destaque dentre as comunidades do Estado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado subscritor, atendidas as formalidades regimentais, REQUER, sejam encaminhadas solicitações e sugestões ao MINISTÉRIO DO TRABALHO e às LIDERANÇAS DO MDB e ARENA com assento no Congresso Nacional, quanto à condução da política ora em reestudo, para que os reajustes salariais sejam trimestrais, ao menos da atual situação inflacionária do País e segundo o aumento do custo de vida, para restabelecimento do poder real do salário, bem como possível definição de piso salarial para as diversas categorias profissionais, além de se buscar paulatinamente a diminuição das angustiantes disparidades salariais hoje existente. Enfim, se até nos países capitalistas desenvolvidos, a variação entre o nível salarial mais baixo e o mais alto é de um para dez, em nosso País ocorre a aviltante situação de um para duzentos, isto é, entre o menor e o maior salário pago no Brasil a diferença é de um para duzentos...

É urgente, pois, sejam substancialmente aumentados os salários dos que compõem o enorme contingente que está na base da pirâmide social, reduzindo-se os dos que estão no topo, realidade esta que cria gravíssimo desequilíbrio social, com conseqüentes tensões e terríveis injustiças.

Acresce-se, ainda, que existem reajustes mensais nos instrumentos de ação financeira, quando as ORTNs, LTN, etc. aumentam todos os meses, por quê os salários não conseguem o reajuste adequado, corrigindo-se a agravada situação social brasileira?

Só o amplo debate do assunto e a participação das classes trabalhadoras na elaboração de uma política salarial ajustada aos legítimos interesses do trabalhador brasileiro, evitarão o desequilíbrio social do País.

Sala das Sessões, em 31 de agosto de 1979.

(a) NELTON FRIEDRICH

Apoio: DENI SCHWARTZ

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 126/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública o "LAR TEREZA MENDES", com sede em Jaguariaíva.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31 de agosto de 1979.

(a) GABRIEL MANOEL

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o

Pequeno Expediente, Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Como representante do Norte Pioneiro, queríamos, neste instante, comunicar à Casa, da visita do ilustre Governador Ney Braga a Joaquim Távora, minha cidade natal, no dia 21, data de seu aniversário.

Queríamos convidar a todos e principalmente ao Sr. Deputado Aguinaldo Pereira Lima, ao Deputado Palácios e ao Deputado Tadeu Lúcio Machado, que galhardamente, representam a nossa região, para receberem o Governador de todos os paranaenses, quando lá Sua Excelência receberá o título de Cidadão Honorário.

Também, Sr. Presidente, Srs. Deputados, queremos não fazer uma censura ao Sr. Secretário dos Transportes e à sua assessoria, apenas nos posicionar para que os Deputados que não estiveram presentes à reunião do PROSAFRA, realizado em Santo Antônio da Platina, não passem por negligentes.

Então, Sr. Presidente, estamos enviando um ofício ao Sr. Secretário dos Transportes a fim de que haja um pouquinho mais de consideração para com os Deputados que representam aquela região. Porque, no dia 25 de julho, houve uma reunião, onde discutiu-se os problemas PROSAFRA do Norte Pioneiro.

Com todo o respeito ao Prefeito de Santo Antônio da Platina, com todo o respeito que temos ao Sr. Secretário dos Transportes, com todo o respeito que temos a Sua Excelência o Deputado Florisvaldo Palácios, queríamos apenas fazer uma observação: dizer ao povo do Paraná, dizer aos homens que representamos, juntamente com os Deputados Aguinaldo Pereira Lima e Tadeu Lúcio Machado, que dessa reunião não fomos informados, e nem comunicados, para ao menos darmos uma opinião para que se processasse o problema PROSAFRA em benefício de nossa terra, de nossa gente.

Sou, talvez, um dos Deputados que mais luta, que mais combate, pela tranquilidade da nossa terra e também na defesa dos Srs. Secretários e não podemos deixar de enviar um ofício ao Sr. Secretário dos Transportes para que observe à sua assessoria que respeite o Poder Legislativo. E que, numa próxima oportunidade, Sua Excelência convide os Deputados representantes da região para discutirem os problemas, com assento nesta Casa.

Não sei porquê, para a reunião de 25 de julho, não fomos informados. Reunião para a qual fora, talvez por malabarismo, indicada a cidade de Santo Antônio da Platina, onde representamos uma grande maioria dos Prefeitos daquela região. Portanto, deveríamos participar dessa reunião, a fim de darmos as informações necessárias ao Secretário dos Transportes, para que possamos, desta tribuna, fazer a sua defesa. Para que possamos ver o dinheiro do povo aplicado em benefício do próprio povo mas, também, que haja respeito aos Deputados representantes da região.

Apelamos ao Sr. Secretário dos Transportes para que Sua Excelência tenha mais cuidado com sua assessoria, para que esta comunique aos representantes da Assembléia Legislativa e os da Câmara Alta, para que não passemos por negligentes.

Para que o Deputado Aguinaldo Pereira Lima, o Deputado Tadeu Lúcio Machado e este Deputado não passem por negligentes.

Porque está estampado no jornal "Platinense", que apenas um Deputado representando a maioria dos Prefeitos que a nós pertence. E por falta de consideração aos Deputados com assento nesta Casa, que representam aquela região, é que vimos solicitar e cobrar do Sr. Secretário por que a reunião foi exclusivamente para um Deputado arenista representante de Santo Antônio da Platina. Porque, não podemos ser marginalizados, sob pena de, amanhã, sermos tachados de negligentes.

Então, vou ler um ofício para o qual pediria a aprovação dos Srs. Deputados, dirigido ao Sr. Secretário dos Transportes. (Lê o requerimento):

Senhor Presidente.

Considerando a reunião no dia 25 de julho próximo passado, dos Recursos do PROSAFRA, na cidade de Santo Antônio da Platina; considerando a nossa ausência naquela importante reunião, onde se decidia a ajuda concernente ao problema rodoviário de grande parte de comunas por nós representadas.

Considerando que a nossa ausência se verificou em virtude de não termos sido informados pela Assessoria daquela Secretaria.

Considerando do grande interesse do Deputado que este subscreve e também do Deputado Aguinaldo Pereira Lima, que assim pensamos seja o seu pensamento, que representa também o Norte Pioneiro, bem como, o Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado.

Considerando que seria de bom alvitre para o desenvolvimento daquela região que fossem informados os representantes na Câmara Federal, que também são representantes do povo.

Requeremos envio do contido no presente ao Excelentíssimo Senhor Secretário dos Transportes do Paraná.

Sala das Sessões, em 31 de agosto de 1979."

Requeremos envio de ofício a Sua Excelência, o Sr. Secretário dos Transportes, para que não haja negligência, e nem preferência, no momento que nós lutamos pela redenção de nosso Estado, e de nossa região. Com todo o respeito que temos pelo Secretário dos Transportes, ele falhou e sua assessoria também falhou, que devemos dar aos homens que lutam e morejam na nossa terra, pelo menos a oportunidade de discutir, de dar a sua opinião, pelo menos de dizer um basta a esta preferência a um só homem. Dizemos um basta porque nós somos um todo.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). -- Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, nobre Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO -- Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Os motoristas e proprietários de caminhões de transporte do Estado do Paraná, promoveram, recentemente, um movimento classista visando a obtenção da elevação do preço do frete até então em vigência, justamente em função da acelerada alta do óleo diesel, de peças e dos próprios caminhões de transporte. Em Cascavel, o Sindicato recebeu, durante o movimento paredista ou grevista, o Sr. Delegado do Ministério do Trabalho, General Massa, e ficou ajustada a elevação, mediante um acordo da categoria, juntamente com as empresas e os interessados no setor.

Entretanto Sr. Presidente, está havendo um bloqueio promovido por uma espécie de cartelismo ou cartelização dos setores dominantes pelas multinacionais. Apesar de possuírem grandes estoques nos seus armazéns, em represália ao aumento permitido, não estão fornecendo cargas aos caminhões, no sentido lógico, claro, de dismantelar o ajuste e tirar o proveito desta situação reinante hoje em todo o País. Apesar de estarem com seus armazéns lotados de grãos de soja, não pretendem fazer o transporte destes produtos às indústrias ou ao porto de exportação.

É claro o sentido Sr. Presidente, de tumultuar a ordem e de criar obstáculo para as determinações já permitidas pelo Ministério do Trabalho, através de seu Delegado. A verdade que as grandes empresas multinacionais estão buscando e visando o controle de todos os motoristas e proprietários de caminhões, para fazer neles uma pressão econômica, visando assim a obter, no meu entender, uma vantagem que passaria a ser ilícita; porque desde que tendo produto para transportar, não fazem o transporte e quando o fazem, exigem um preço menor do que o ajustado. Evidentemente que estão buscando criar um obstáculo na organização social e econômica do País. E este é um caso sério que está ocorrendo em Cascavel.

Tendo recebido inúmeras denúncias de motoristas que, in-

clusive, alegam que a partir de Guarapuava, inclusive apelidando o expresso "Joãozinho", que é o transporte através de ferrovia, onde pela ferrovia, o preço da tonelada custa Cr\$ 260,00. E o preço da tonelada, que estavam pagando aos caminhões, seria de Cr\$ 200,00. E ainda assim, não tem mercadoria para o transporte. E exatamente neste ponto, Sr. Presidente, os motoristas de caminhão, através do seu sindicato, estão fazendo um apelo às autoridades; e é exatamente neste sentido que me traz a esta tribuna, para solicitar que as autoridades do setor, tomem uma providência enérgica e façam uma verificação nos armazéns e busquem a conscientização das causas geradoras, deste problema de ordem social e econômica. Não há condição de permitir que as multinacionais e os grupos interessados, desmantelem a própria organização econômica, dos setores de transporte, Sr. Presidente.

E é exatamente neste sentido que fazemos um apelo ao Delegado do Ministério do Trabalho, no Paraná, e também às organizações que congregam os setores trabalhistas, e inclusive os sindicatos vinculados aos setores para que dêem proteção aos motoristas do Oeste do Paraná, porque eles estão vivendo momentos de penúria e de angústia, sofrendo uma pressão injusta na sua liberalidade, no seu desempenho e no seu mister de trabalho. Este o apelo e pedimos urgência nas medidas. É este o apelo que fazemos, Sr. Presidente.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). -- No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Renato Bernardi, inscrito.

O SR. RENATO BERNARDI -- Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Traz-me à tribuna, um trabalho que "O Estado do Paraná", na sua edição de ontem, e terminando na edição de hoje, por responsabilidade da jornalista Vera Lúcia Ramos Gomes, levanta e que parece-me da maior importância, nesta fase que estamos passando porque, por várias vezes temos enfatizado a necessidade de se repensar, de se redefinir, de se reestruturar o modelo educacional brasileiro.

E neste trabalho, quando esta Casa se prepara agora, através das Comissões Técnicas, para avaliar a Mensagem Governamental, dando estabilidade aos professores suplementaristas; quando esta Casa se prepara para, através de seu Plenário, votar esta Mensagem Governamental que definitivamente, tenderá a acertar uma série de situações de milhares de professores suplementaristas. Entretanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é hora também de se ter a coragem de se vir a público, de, diante da situação anômala criada pela Lei n.º 5692, de 71, que tentou estabelecer neste País, nos currículos escolares, o ensino profissionalizante de segundo grau. Mas, uma posição totalmente abstrata diante da situação agrícola brasileira, numa situação totalmente abstrata, diante das grandes massas urbanas brasileiras, nós chegamos à conclusão que, urgentemente, as autoridades educacionais deste País e os Legisladores do Paraná, têm de assumir o ônus e a responsabilidade de uma redefinição da Lei n.º 5692, principalmente naquilo que diz respeito ao ensino profissionalizante. Mesmo agora, Sr. Presidente, centenas e centenas de diplomas de ensino superior, estão esperando uma definição, inclusive da Secretaria da Educação no tocante à aprovação dos currículos-base, e dos registros dos diplomas profissionalizantes do segundo grau, para então e em seguida, ser processado o registro desses diplomas. É claro que o aparato oficial a estabelecer em diversas comunas do Interior, cursos profissionalizantes de análises clínicas, laboratórios de terra, sanitário básico, desenho arquitetônico, eletrônica, e tantos outros títulos e apelidos pomposos para a profissionalização de segundo grau.

Nós chegaríamos à conclusão que diante de tantos e tantos milhares de técnicos, formados nesse profissionalizante de segundo grau, nós não teríamos mais problemas de mão-de-obra especializada. Entretanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados quando

se faz uma pesquisa e essa foi feita em cidades de porte de Londrina e Maringá, nós verificamos que 100% dos alunos inscritos em escolas profissionalizantes, não desejam a profissionalização oferecida por aquelas escolas de segundo grau, mas desejam fazer da Escola de segundo grau, apenas um curso pré-universitário, desejando efetivamente ingressar na Universidade e na carreira acadêmica.

Frustrando, portanto, total e integralmente, o princípio e o espírito da profissionalização do segundo grau. E criando um problema seríssimo a médio e a longo prazo para o País, porque enquanto as matérias básicas e fundamentais de profissionalização do segundo grau, afasta a possibilidade de esse estudante ter uma formação geral, uma mística clássica maior, ele passa entretanto, a perder grande parte do seu tempo, com disciplinas básicas que não lhe dão a profissionalização e não lhe dão a base necessária para ingressar na Universidade.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Concedo a palavra no Pequeno Expediente, ao nobre Deputado Airton Cordeiro, inscrito.

O SR. AIRTON CORDEIRO -- Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quero encaminhar à Mesa, Sr. Presidente, solicitando a votação de um voto de regozijo aos jornalistas profissionais, responsáveis pela cobertura das atividades deste Poder, pela fundação do Comitê de Imprensa da Assembléia Legislativa do Estado.

Digo na justificativa, o seguinte: (Lê)

“Os jornalistas credenciados nesta Casa e, em hora oportuna, fundaram, ontem, o seu comitê. Este Parlamentar entende a atitude assumida como altamente favorável à proteção dos interesses legítimos de tão importante classe, como, também a preocupação de melhor estruturar o seu trabalho. Ao mesmo tempo, entendo que essa sábia decisão significa a criação de um mecanismo de defesa da imprensa sadia e da atuação independente dos profissionais da comunicação social. Sabemos, todos, que os dias que o Brasil vive atualmente estão a exigir uma imprensa forte, nos seus propósitos, e, responsável na elaboração e divulgação da notícia. E aqui, onde a voz popular é ouvida pela palavra de Parlamentares, nós, Deputados, temos testemunhado o empenho dos jornalistas na divulgação das ocorrências desta Assembléia. Julgo, pois, de grande relevância a instituição do Comitê de Imprensa, na esperança de que seja um novo instrumento a promover o aperfeiçoamento democrático. Por essas razões, na forma regimental, requeiro à Mesa um voto de regozijo aos jornalistas fundadores do Comitê de Imprensa desta Casa e da decisão plenária solicito sejam cientificados os jornalistas aqui credenciados, o diretor do Departamento de Divulgação deste Poder e os presidentes da Federação Nacional dos Jornalistas Profissionais e do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná.

Sala das Sessões, em 31 de agosto de 1979.”

Entendo, realmente como importante, a decisão ontem adotada pelos jornalistas desta Assembléia, e permito-me aqui, publicamente desta tribuna, reconhecer o trabalho extraordinário que desenvolvem os jornalistas que nos dão cobertura.

Não fossem esses profissionais seguramente, tudo o que disséssemos aqui não teria repercussão, porque os meios de comunicação é que nos permitem levar ao grande público a nossa mensagem e a nossa atitude.

Quero também, Senhor Presidente, fazer a leitura, neste momento, de um artigo publicado hoje, pelo jornal “O Estado do Paraná”, na sua página número 2:

“SECOM, mais uma questão de sigla.

O Ministro Said Farah recomendou aos Governos Estaduais a criação de uma Secretaria de Comunicação Social. O Deputado Airton Cordeiro se pronunciou, na Assembléia Legislativa, pedindo ao Governador Ney Braga uma mensagem dando estrutura de Secretaria de Estado à atual sub-chefia da Casa

Civil, responsável pela Comunicação Social. E alguns Deputados do MDB caíram de pau em cima da sugestão, argumentando — em linhas gerais — que uma SECOM seria uma espécie de DIP do Estado Novo.

Primeiramente, o debate sempre é salutar, traz luzes, alarga horizontes. Os parlamentares da Oposição, ao combaterem a idéia da criação de uma Secretaria de Comunicação Social, estão — sem dúvida — expressando um termo que a imprensa sempre teve: o do controle, pelo Governo, da informação, da notícia. E o pior: a utilização do dinheiro público para sufocar órgãos independentes, ou engordar órgãos subservientes. Ou escamotear a verdade dos fatos, em ambas as hipóteses, através de publicidade maciça de imagens ou fatos fabricados.

Nós de “O Estado do Paraná”, nos sentimos à vontade para tratar dessa questão. Os leitores acompanharam a luta que enfrentamos, em passado recentíssimo, contra um Governo nem um pouco sério, que tentou nos destruir usando o dinheiro do povo. Se durante o Governo Médici sofremos como toda a imprensa brasileira — a chibata da censura —, no governo que o sucedeu suportamos os mais asquerosos e implacáveis boicotes da história pós-ditadura. Foram mais de três anos de violências tanto no plano nacional como aqui, em nível estadual, contra a liberdade de imprensa, contra a liberdade de opinião e expressão.

E isso tudo, aconteceu no Paraná, sem existir uma Secretaria de Comunicação Social. Mesmo sem ela, existiu a discriminação publicitária, a malversação de dinheiro público, as verbas secretas, os jabaculês, a compra de notícias, e de opinião. De onde se conclui que uma SECOM não será nunca um instrumento do mal, pelo simples fato de existir. A questão é outra. Nós não vemos pecado grave em ter o Paraná a sua Secretaria de Comunicação Social. Achamos até que ela deveria existir há muito tempo, deixando de ser uma simples — e até deprimente — sub-chefia da Casa Civil. Na realidade, o que acontecerá é que se uma mera mudança de denominação, já que a atual subchefia vem desenvolvendo um trabalho de super-Secretaria de Estado. De outra parte, a própria Oposição seria beneficiada em sua missão de fiscalizar as coisas públicas, pois se concentraria numa SECOM. Toda a política de comunicação social do Governo, agora desenvolvida — em alguns casos até desastrosamente — pelos mil e um órgãos existentes na Administração Estadual.

Se ela teria condições de manipular, pressionar, comprar, vender etc.?

Evidentemente, que sim! Como tem hoje a subchefia. A mudança de sigla não significa nada. O que importa é a mudança de filosofia, de atuação. Como, aliás, acontece desde o início do Governo Ney Braga. Bem lembrou o Líder do MDB na Assembléia o fim do “press-release”, uma das primeiras medidas adotadas em março pelo Palácio Iguazu. O “matéria-pronta” foi suprimido oficialmente, mas acabou? Não. Estão aí, aos olhos de qualquer leitor mais atento. E de quem é a culpa maior? Dos órgãos que as aceitam, com toda a certeza. Em segundo plano, de certas repartições que continuam — num flagrante desrespeito ao próprio Governador do Estado — abastecendo redações de notinhas, manchetes, fotos de primeira página etc. Não é segredo, a existência de super-estruturas de comunicação social em algumas Secretarias de Estado, funcionando paralelamente, e até contra, a sub-chefia do setor instalada no Palácio Iguazu. Uma SECOM acabaria com isso? Pode ser, se quiser o seu titular.”

Para encerrar fica a sugestão. Uma Secretaria de Comunicação Social mais para controlar e disciplinar as várias mini-secretarias já em funcionamento do que para controlar a imprensa. Mesmo porque a imprensa honesta é incontrolável.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao nobre Deputado Ger-

note Kirinus, inscrito.

O SR. GERNOTE KIRINUS - Ocupo a tribuna tão somente para reforçar o requerimento que dei entrada ontem, na Casa, de voto de apoio e solidariedade aos motoristas de Marechal Cândido Rondon. E constatei que não é somente em Marechal Cândido Rondon que essa classe trabalhadora vem sendo espezinhada. As palavras do nobre Deputado Tolentino de há pouco, vêm confirmar de que os motoristas freteiros não estão recebendo as devidas atenções, o devido merecimento, o devido valor, por parte das transportadoras e principalmente do órgão governamental.

Sr. Presidente e nobres Srs. Deputados, gostaria apenas de sensibilizar as autoridades responsáveis para que se tome providências no sentido de atender as solicitações, as reivindicações daqueles motoristas, que não querem nada mais do que lhes sejam pagos o preço justo, porque são eles os responsáveis pelo progresso, são eles as veias do progresso.

Inclusive, pela passagem do Dia do Motorista, ouvimos através de emissoras de rádio a Mensagem do Sr. Governador. Chegou a hora portanto, do Sr. Governador demonstrar a coerência de pensamento e ação. A incoerência do seu Governo com as mensagens proferidas naquele dia, atender e ajudar para que esses motoristas alcancem a justiça que reclamam nesta greve.

Gostaria de aproveitar também, a oportunidade de lembrar um fato histórico que aconteceu no Chile, onde o Governo de Allende veio por terra, grandemente responsável pela derrota que foram as greves dos motoristas no Chile. E hoje, notamos que esta classe se mobiliza em quase todo o Estado do Paraná. Aqui ou lá eclodem greves, porque realmente eles não conseguem mais sustentar a responsabilidade de transportar o progresso com os preços que são estipulados pelas transportadoras.

E por outro lado, são vítimas do grande bode expiatório da situação financeira nacional, que é a crise do petróleo. E no caso de Marechal Cândido Rondon, são vítimas de um contrato mal feito entre uma transportadora e a CITREN; são vítimas deste contrato, porque nele é considerado apenas Cr\$ 100,00 por tonelada, o preço do frete de Rondon a Guaíra, quando a própria Delegacia do Trabalho registra e fixa na sua tabela, o preço de Cr\$ 190,00.

Esses motoristas continuarão em greve, enquanto não forem atendidos nas suas solicitações. Nada mais esperam, portanto, do que alcançar a justiça determinada pela própria Delegacia do Trabalho.

Solicitamos à Casa, através do nosso requerimento, o apoio e solidariedade a esses motoristas em greve, em Marechal Cândido Rondon, por se tratar de justiça.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)
O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Concedo a palavra ao sexto orador inscrito, no Pequeno Expediente, nobre Deputado Nelson Friedrich.

O SR. NELTON FRIEDRICH - Sr. Presidente e Srs. Deputados. Os noticiários da imprensa nacional inserem informações quanto às alterações da política salarial do País.

A Assembléia Legislativa, entendemos nós, não pode ficar alheia a esta situação. E por esta razão, Sr. Presidente e Srs. Deputados, estamos encaminhando requerimento à Casa solicitando o apoio dos Srs. Deputados para que possamos encaminhar ao Ministério do Trabalho e às Lideranças do MDB e da ARENA, com assento no Congresso Nacional, para que no instante em que este projeto passar pela Casa Legislativa Maior do País, possam ser inseridas algumas sugestões e, principalmente, a preocupação que se tem quanto à esta definição salarial, ora em estudos.

Por esta razão, nós simplesmente fizemos alguma justificativas, ao dizermos que este requerimento busca encaminhar solicitação e sugestão ao Ministério do Trabalho e às Lideranças da Câmara e do Senado, de ambos os Partidos, quanto à

condução da política salarial, ora em estudo, para os reajustes salariais de uma maneira trimestral. E, inclusive, baseando-se no custo de vida, para que então possamos ter o reestabelecimento do poder real do salário do trabalhador brasileiro, bem como uma possível definição do piso salarial para as categorias profissionais existentes no País.

Assim, Sr. Presidente, Srs. Deputados, estaremos efetivamente, buscando a paulatina diminuição das disparidades salariais, hoje existentes.

Até nos países capitalistas desenvolvidos, a variação entre o nível salarial mais baixo e o mais alto, é de um para dez, e em nosso País ocorre aviltante situação de um para duzentos. É urgente pois, sejam substancialmente aumentados os salários dos que compõem o enorme contingente que está na base de pirâmide social, reduzindo-se os dos que estão no topo, realidade que cria o gravíssimo problema social, com as conseqüentes tensões e terríveis injustiças.

Só o amplo debate e a participação das classes trabalhadoras na elaboração de uma política salarial adequada, evitarão o desequilíbrio social de nossa Pátria.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, entendemos, efetivamente o que passa a ser um avanço, o que se pretende agora, semestralmente, corrigir salários. Mas devemos avançar mais ainda, porque tal é o desequilíbrio, entre o menor e o maior salário, a diferenciação e a variação, enquanto em outros países, a rigor, é de um para dez, este variante. E o aspecto fundamental, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que nós hoje, no País em que vivemos, encontramos alguns aspectos que nos deixam essencialmente preocupados. É que as novas moedas, por exemplo, existentes no País, que são as letras do Tesouro Nacional, as ORTNs e o próprio jogo do "open market", estes instrumentos são reajustados mensalmente, os instrumentos que acionam o poder financeiro do País, as ações financeiras do nosso sistema, são reajustados mensalmente. Mas o salário, que é retribuição ao sacrifício desta classe trabalhadora brasileira, a grande sacrificada durante esses quinze anos de regime, esta classe trabalhadora, tem tido este reajuste anual, em que pese através de dissídios coletivos, em muitas categorias, os reajustes hoje, já são semestrais.

Mas, nós precisamos sim, é atualizar e adequar o reajuste salarial ao custo de vida que aumenta diariamente. Conseqüentemente, se para as ações financeiras, para os instrumentos que acionam o aparelho financeiro do País, os reajustes são feitos mensalmente, por que na política salarial, que haveria de transformar o assalariado num melhor justicado nesta Pátria, não sejam feitos também, mensalmente, ou menos trimestralmente?

Por isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, este requerimento. Para que possamos também aqui do Paraná, através da Assembléia, ter esta participação, no momento em que se estuda uma nova política salarial, e que o Ministério do Trabalho, que as Lideranças dos Partidos com assento no Congresso Nacional, tenham em mente que também nós, precisamos participar efetivamente, avançando nessa política salarial, para se efetivar uma justiça social, que sempre o MDB lutou e agora, somente agora, estão se apercebendo dessa grande luta e dessa necessária Justiça.

Obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).
O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). -- No horário reservado ao Movimento Democrático Brasileiro, a Mesa consulta a Liderança, se quer fazer uso.

O SR. WALDYR PUGLIESI — Usará da palavra o Deputado Deni Schwartz, inscrito.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na verdade, no dia de ontem, nos parece, os Legislativos e os políticos, particularmente, de todo o País, tiveram três grandes vitórias a nível federal. Três medidas que foram tomadas na data de ontem, anunciadas na data de ontem, são

altamente gratificantes para os Legislativos, que há muito tempo vinham reivindicando essas medidas. Sobre os salários, sobre a política salarial, o Deputado Nelson Friedrich, disse o que havíamos previsto falar. Gostaríamos apenas de aduzir que, tal tipo de medida deve, indiscutivelmente, não camuflar a inflação, pois antes de mais nada, o Governo Federal, ao ter afastado os monetaristas do Governo, na pessoa do Sr. Mário Henrique Simonsen, na verdade, o Governo Federal reconheceu a inflação, o que é um fato bastante importante, mas que precisa não ser esquecido. Há necessidade que a nova política salarial, não seja uma cortina a esconder a realidade nacional, pois, também os reajustes salariais de seis em seis meses, os reajustes salariais de três em três meses, ou mensalmente, poderão levar a uma realimentação da inflação. Na verdade, e disse muito bem o Deputado Nelson Friedrich, há que acabar e aí está o grande mérito do Governo, no momento em que limita os percentuais dos aumentos salariais para os grandes salários, e com isso, fazendo com que a proporção absurda existente no Brasil, de um para duzentos; de um para o menor salário e duzentos para o maior salário, seja gradativamente reduzida, fazendo realmente uma nova redistribuição da riqueza nacional.

Por isso, nesse momento, sem ter tido a oportunidade ainda, de maiores estudos, queremos dizer que a medida é altamente salutar e esperamos que com esta medida, o Governo não se veja ofuscado no combate sistemático, que deve ocorrer, à inflação. É a primeira vitória dos estruturalistas contra os monetaristas. E, quero dizer que esta vitória pertence aos Parlamentares brasileiros, pertence aos políticos, porque há muito tempo, nas Casas Legislativas, os políticos vêm alertando homens da ARENA e homens do MDB, gritando contra a concentração de riquezas: que se faziam no País. Por isso, este é o primeiro tópico positivo dos decretos e das medidas tomadas ontem.

Outro fato que não pode passar despercebido por esta Casa, é o fato de que, dentro desta mesma linha, a promessa feita pelo atual Ministro da Fazenda, Karlos Rischbieter, passou a ser cumprida, quando se fala, quando se estabelece o tabelamento de juros.

Realmente um dos problemas mais sérios que vivemos é o custo do dinheiro; custo do dinheiro que leva os grupos econômicos quase à falência, e há pouco tivemos a oportunidade de sentir no Paraná o caso do Grupo Atalla, da Copercucar, quando, depois de muita discussão, o Governo teve que socorrer aquele grupo, socorrer, subsidiando juros, porque, na verdade, com juros livres o Grupo Atalla não poderia suportar, e o que vemos hoje é um Governo a subsidiar juros ao Atalla.

O Sr. Pinto Dias — Vossa Excelência permite um aparte? **O SR. DENI SCHWARTZ** — Dentro de um momento, e oferecendo recursos ao Grupo Atalla, para que não parasse a fábrica de Porecatu, a 5% ao ano, em verdade, reajustáveis, com correção de acordo com as obrigações reajustáveis do tesouro. É uma vitória novamente dos estruturalistas. Há necessidade e é uma pregação que há muito vínhamos fazendo do tabelamento de juros. Concedo aparte ao Deputado Pinto Dias.

O Sr. Pinto Dias — Nobre Deputado, Vossa Excelência está abordando da tribuna, um assunto que preocupa realmente, como Vossa Excelência afirmou, aos Poderes Legislativos e até a Nação inteira.

O custo do dinheiro no Brasil, está a machucar a nossa economia. Essa medida do Governo, de amenizar em 10%, nós podemos realmente até louvar. Mas é preciso que o Governo insista e que dê o tabelamento ao dinheiro, que saia o tabelamento do juro, mas não só em faixa de financiadoras e duplicatas, mas em todas as linhas de crédito, porque quer nos parecer que esta medida não vai beneficiar a todas as linhas, e, sim, algumas delas. Mas, já foi uma medida realmente importante, e quem sabe, dentro de mais alguns dias, sairá uma

nova determinação, atingindo realmente ao pequeno e médio empresário, que hoje, além de estar altamente comprometido com as instituições financeiras, estão sufocados.

O Sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência permite um aparte? **O SR. DENI SCHWARTZ** — Somente para responder ao Deputado Pinto Dias.

Com a precariedade de dados que dispomos, e só viemos à tribuna para registrar estes acontecimentos, tendo em vista que a semana que entra não poderíamos fazê-lo; com a precariedade, ainda, de um estudo mais profundo, porque só ontem à noite vimos, não nos parece que a medida tomada com relação a juros restrinja determinadas faixas, e que ela será estendida, pelo que ouvimos e entendemos, o tabelamento será para todas as faixas.

Até o que critica-se e o que foi comentado ontem, num programa de televisão é o fato de não haver um tabelamento diferenciado. Seria uma redução de 10% em todas as faixas, e há críticas até de que deveria haver rebaixamento diferenciado, para evitar que os bancos passassem a usar apenas aquelas linhas, que, rebaixadas, ainda possibilitassem melhores lucros, deixando de lado linhas que, com o rebaixamento não lhes daria o lucro necessário. Portanto, parece-me, com a precariedade de dados de que dispomos que a idéia é de um tabelamento em todas as linhas. Concedo um aparte ao Deputado Erondy Silvério.

O Sr. Erondy Silvério — Agradeço a Vossa Excelência e Vossa

Excelência quase que respondeu já o aparte que eu queria oferecer a este pronunciamento. Efetivamente o tabelamento simplista de 10% nos juros cobrados tem que ser aperfeiçoado, para que efetivamente não corramos o risco que Vossa Excelência tão bem expôs aí, de que os bancos restrinjam as linhas de crédito que, atingidos por esse tabelamento, efetivamente haja uma tendência na baixa do custo do dinheiro. Sabemos que os bancos operam, o sistema financeiro opera com cerca de 60 linhas de crédito e algumas delas com juros escorchantes de até 78% anuais. Isto é evidenciado pelos balanços que os bancos brasileiros até se envergonham de publicar, porque efetivamente a única categoria econômica hoje, no País, que está trabalhando folgado.

Mas, há um ponto muito importante nisso tudo, e Vossa Excelência referiu-se de passagem, é o Ministro da Fazenda, Karlos Rischbieter. Efetivamente, todos os homens públicos deste País, precisam apoiar o Ministro da Fazenda, porque sabemos quão poderosa é a organização bancária e de seguros. Sabemos que essa gente já está tramando a queda do atual Ministro da Fazenda. Já houve uma luta tremenda, terrível, quando saiu o "pacote de abril" e Sua Excelência deu uma entrevista, nas páginas amarelas, da revista "Veja", dizendo que o ponto crucial que afligia o sistema econômico brasileiro, não havia sido tocado pelo "pacote de abril". E que era, exatamente, o tabelamento dos juros de uma maneira racional e adequada.

Pois bem, dali para cá, o Ministro da Fazenda começou a sofrer uma pressão terrível por parte do Ministro do Planejamento que era, no governo, o defensor do sistema bancário brasileiro. Todos sabem disso. Não é segredo. E não estamos falando isso apenas porque Sua Senhoria não é mais Ministro. Mas, aqui desta tribuna, muitas vezes, denunciemos o protecionismo que existe na área federal, no campo econômico, com relação ao sistema bancário.

Parece que o primeiro "round" foi vencido pelo Ministro da Fazenda. Mas, a sua atuação não é uma situação firme, efetiva, segura, para que ele possa penetrar nesse verdadeiro meandro que é o sistema bancário brasileiro. São interesses poderosíssimos que acobertam as atividades desse sistema.

Então, há necessidade, efetivamente, da união de todos os homens públicos deste País, para que possamos oferecer o nosso apoio, sem olhar cor partidária, ao Governo Federal que está procurando, exatamente, atingir um segmento da vida econômica bra-

sileira que mais tem prejudicado a Nação e principalmente os assalariados desta Nação.

De nada adianta os reajustes salariais semestrais, ou mesmo trimestrais, se não debelarmos a inflação; se não reduzirmos o custo do dinheiro. Porque, aumento de salário não provoca à inflação, não reacende a fogueira da inflação.

O que efetivamente está acontecendo é o alto custo do dinheiro que está sufocando as médias e as pequenas empresas, estas então, não têm mais nem condições de operar dentro do sistema bancário. Mas, as médias empresas estão sufocadas, estranguladas, pelo sistema bancário nacional.

Então, é necessário que faça-se esta reforma. A reforma do sistema bancário que introduzam-se modificações que possam, efetivamente, oferecer à indústria e ao comércio, um dinheiro mais barato. Daí sobrar dinheiro para aumento de salário, sem que esses aumentos influam negativamente, no controle da inflação.

Agradeço a oportunidade que Vossa Excelência deu-me. Esse é um assunto complexo que merece discussão mais alongada. E nos proporemos, dentro de breves dias, voltar ao assunto, com maiores detalhes, de nossa tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa informa que resta-lhe apenas mais um minuto para concluir.

O SR. DENI SCHWARTZ — Gostaria de deter-me mais ao assunto, porque, na próxima semana não teremos oportunidade de nos referir a ele. Por isso, trouxemos o assunto à Casa para que, nesta semana, possamos estudá-lo com mais profundidade. Porque, repito, é uma vitória dos Parlamentos, essa medida, essas três medidas.

E a terceira medida, lamento que o Deputado Lázaro Dumont não esteja presente, porque Sua Excelência foi um dos grandes batalhadores por esta causa: é o problema do enquadramento do trabalhador e do empregador rural.

O Governo, na data de ontem, através de um decreto, baixou normas para identificar, exatamente, quem é empregador, quem é trabalhador.

E isso nós que somos Deputados do interior, sabemos bem, porque não conseguimos fazer uma reunião sem que sejamos procurados por homens que, na verdade, possuem apenas pequenas propriedades e que são tachados como empregadores rurais, uma vez que o que valia para esse enquadramento era o módulo e o módulo, na verdade, não devia como não deve ser o que qualifica o homem rural: se é trabalhador ou se é empregador rural.

Esperamos que com esse decreto no qual o empregador rural será aquele que realmente tenha empregados e o trabalhador rural seja aquele que trabalha a nível de economia familiar, sejam realmente enquadrados.

Senhor Presidente, agradeço à Presidência pelo tempo ultrapassado, mas gostaria de dizer mais à Casa, que nós lutamos pelo poder, não o poder pelo Poder. Nós quando assistimos medidas dos nossos opositores, dos homens que estão no Governo, que vem de encontro aquilo que nós temos pregado, nós não temos porquê não subirmos na tribuna e elogiar-mos.

Fica aqui, inclusive, como bem disse o Líder da ARENA, o nosso apoio ao Ministro Rischbieter que está cumprindo aquilo que, quando assumiu a sua Pasta, ele pregou.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa consulta a Liderança da ARENA, se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado. — (Declina).

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, constante do expediente. Necessita de apoio-

mento. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 66/79, que declara de utilidade pública o "Instituto Londrinense de Educação de Surdos - ILES", com sede e foro na cidade de Londrina. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 66/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o INSTITUTO LONDRINENSE DE EDUCAÇÃO DE SURDOS - ILES, com sede e foro na cidade de Londrina.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 21 de agosto de 1979.

(aa) EZEQUIAS LOSSO — Presidente

AUGUSTO CARNEIRO — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 69/79 que altera as divisas dos Municípios de Maringá e Mandaguaçu, como específica. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 69/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — A divisa entre os Municípios de Maringá e Mandaguaçu, nos termos do convênio de retificação subscrito pelos respectivos prefeitos, passa a ser a seguinte:

"Inicia na foz do Córrego Camacua, subindo pelo Ribeirão Chapecó até as divisas dos lotes n.ºs 24, 24-A, 25 e 25-A, segue por estas, atravessando a PR-376 até a cabeceira dos mesmos numa estrada; seguindo por esta até as divisas dos lotes n.ºs 180 e 181, segue pelas mesmas, até ao Ribeirão Centenário, seguindo por este até ao Ribeirão Atlantique e por este até ao Rio Pirapó".

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 21 de agosto de 1979.

(aa) EZEQUIAS LOSSO — Presidente

AUGUSTO CARNEIRO — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 71/79, que declara de utilidade pública o Diretório Acadêmico "Octávio Mazzioti", com sede e foro na cidade de Jacarezinho. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 71/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o Diretório Acadêmico "OCTÁVIO MAZZIOTTI", com sede e foro na cidade de Jacarezinho.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 21 de agosto de 1979.

(aa) EZEQUIAS LOSSO — Presidente

AUGUSTO CARNEIRO — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 76/79, que declara de utilidade pública a "Associação de Pais e Mestres", da Escola Amâncio Moro - Ensino de 1.º Grau, da cidade de Corbélia. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 76/79.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declara de utilidade pública a "ASSOCIA-

ÇÃO DE PAIS E MESTRES" da Escola Amâncio Moro - Ensino de 1.º Grau -, com sede e foro no Município de Corbélia.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 21 de agosto de 1.979

(aa) EZEQUIAS LOSSO, Presidente;

AUGUSTO CARNEIRO, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 23/79 - que dá nova redação ao inciso X, do artigo 39, e ao artigo 55 do Regimento Interno.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 23/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1.º — O inciso X, do artigo 39 do Regimento Interno, alterado pela Resolução n.º 49/76, de 18 de junho de 1.976, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 39.

X — Segurança Pública."

Art. 2.º — O artigo 55 do Regimento Interno, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 55. À Comissão de Segurança Pública compete opinar sobre assuntos referentes à Polícia Militar do Estado e à Polícia Civil, assim como, sobre todos os assuntos que interessem à ordem e à segurança públicas."

Art. 3.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 21 de agosto de 1.979.

(aa) EZEQUIAS LOSSO, Presidente;

AUGUSTO CARNEIRO, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 38/79 - que acrescenta parágrafo com redação que especifica, ao artigo 77, do Regimento Interno.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 38/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1.º — O artigo 77 do Regimento Interno, alterado pela Resolução n.º 23/69, de 10 de setembro de 1.969, fica acrescido do seguinte parágrafo:

§ 3.º - O Presidente destinará a Hora do Expediente da primeira sessão ordinária, do mês de dezembro, à comemoração do "Dia Universal dos Direitos Humanos", cabendo aos Líderes de bancadas indicar os oradores."

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 21 de agosto de 1.979.

(aa) EZEQUIAS LOSSO, Presidente;

AUGUSTO CARNEIRO, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 59/79 - (Mens. Govern. n.º 48/79), que aprova termo de re-ratificação ao convênio celebrado entre os Governos dos Estados de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, que dispõe sobre a criação do CODESUL e do BRDE.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 59/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1.º — Fica aprovado o termo de re-ratificação, datado de 23 de março de 1.979, ao convênio celebrado em 15 de

junho de 1.961, entre os Governos dos Estados de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, que dispõe sobre a criação do Conselho de Desenvolvimento do Extremo Sul - CODESUL, e do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16 de agosto de 1.979.

(aa) EZEQUIAS LOSSO, Presidente;

RENATO BERNARDI, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 63/79 - (Mens. Govern. n.º 62/79), que aprova termos aditivos aos convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná e os Municípios de Rolândia, Cerro Azul, Paranavaí e Sengés, objetivando a aplicação de recursos financeiros conforme especifica.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 63/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1.º — Ficam aprovados os termos aditivos aos convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, com a interveniência da Secretaria do Planejamento e da Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná — FAMEPAR —, e os seguintes Municípios: — Rolândia, em 30/05/78; Cerro Azul, em 30/11/78; Paranavaí, em 29/12/78; e Sengés, em 14/03/79, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 21 de agosto de 1.979.

(aa) EZEQUIAS LOSSO, Presidente;

AUGUSTO CARNEIRO, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 67/79 - (Mens. Govern. n.º 45/79), que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Maringá, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, no Distrito de Iguatemi.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 67/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1.º — Fica aprovado o convênio celebrado em 12 de março de 1.979, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, e o Município de Maringá, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana no Distrito de Iguatemi, do referido município.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 21 de agosto de 1.979.

(aa) EZEQUIAS LOSSO, Presidente;

AUGUSTO CARNEIRO, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) -- Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Hugo Zeni, ocorrido em Toledo.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Dr. Sidney Laureano Leme.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Aírton Cor-

deiro, lido da tribuna, solicitando voto de regozijo aos jornalistas profissionais responsáveis pela cobertura das atividades deste Poder, pela fundação do Comitê de Imprensa da Assembleia Legislativa do Paraná.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, consubstanciado em sugestão, visando a criação da Secretaria de Estado da Comunicação Social.— **Rejeitado.**

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa defere. (É procedida a verificação de votação).

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se. (Pausa).

Os Srs. Deputados que o rejeitam, queiram levantar-se. (Pausa).

3 Srs. Deputados o aprovam; 4 Srs. Deputados o rejeitam.

Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 10, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n.ºs 113 e 149/78, e 56, 64, 72 e 77/79.

3a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 130/77, 35, 81 e 89/79, e de Resolução n.ºs 72, 73 e 74/79.

2a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 90, 93 e 99/79.

1a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 158/77 e 203/78. Levanta-se a sessão.

ATOS DA COMISSÃO EXECUTIVA:

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

DECRETO LEGISLATIVO N.º 507/79

retificar "ex-officio", o Decreto Legislativo n.º 264/79, de 28 de março de 1.979, que aposentou a pedido o servidor deste Poder, EROS RUPPEL ABDALA, matrícula n.º 119, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretária desta Assembleia, para declarar que a fundamentação referente a simbologia DAS-2, é através da Lei n.º 7.098, de 08 de janeiro de 1.979, e não como constou no mencionado ato.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 508/79

designar os Deputados CYRO MARTINS e DENI SCHWARTZ, para constituírem a COMISSÃO DE OBRAS PARA A CONSTRUÇÃO DO ANEXO DO PLENÁRIO, DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ.

Palácio "XIX de Dezembro", em 29/08/79

FABIANO BRAGA CÔRTEZ — Presidente

BASÍLIO ZANUSSO — 1.º Secretário

DOMÍCIO SCARAMELLA — 2.º Secretário

ATOS DA DIRETORIA GERAL:

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

PORTARIA N.º 637/79

autorizar LEÔNIDAS ANTÔNIO RODRIGUES, ora à disposição deste Poder, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inci-

so I, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1.970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, conforme solicitação do Gabinete do Deputado Quielise Crisóstomo da Silva, no período compreendido entre 1.º de maio a 31 de dezembro de 1.979.

PORTARIA N.º 638/79

conceder à funcionária JULIA JOLINSKI DE PAULA, matrícula n.º 560, ocupante do cargo de nível PL "19", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, quinze (15) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 23 de agosto de 1.979.

Gabinete da Diretoria Geral, em 29/08/79

ANTONIO SEBASTIÃO DA CUNHA GEBRAN

Diretor Geral

A T A S:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

9a. LEGISLATURA — 1a. SESSÃO LEGISLATIVA TERMO DE ATA

Aos quinze dias do mês de agosto do ano de hum mil novecentos e setenta e nove, após o término da Sessão Plenária, na Sala de Reuniões das Comissões, presentes os Senhores Deputados: Gilberto Carvalho, Ezequias Losso e Renato Bernardi, com o fim de realizarem a 12a. Reunião Ordinária da Comissão de Constituição e Justiça, conforme Resolução n.º 327/77. Não havendo número legal, o Sr. Presidente, Deputado Gilberto Carvalho, não abriu a reunião, nada ficando decidido ou apreciado. Lavrei o presente Termo de Ata, que após lido e achado conforme, será assinado pelo Sr. Presidente, Deputado Gilberto Carvalho, pelos Srs. Deputados presentes à próxima reunião, e por mim, Rita Soares Bertoli, Secretária da Comissão.

(aa) Deputado GILBERTO CARVALHO

Presidente

RITA SOARES BERTOLI

Secretária.

COMISSÃO DE REDAÇÃO

9a. LEGISLATURA — 1a. SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 18a. REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezesseis dias do mês de agosto do ano de hum mil novecentos e setenta e nove, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a Presidência do Sr. Deputado EZEQUIAS LOSSO. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, ocasião em que o Senhor Deputado RENATO BERNARDI apresentou redação final aos seguintes processos: Projeto de Lei n.º 24/79, e os Projetos de Resolução n.ºs 22/79 - 49/79 - 59/79 - 60/79 - 61/79 e 62/79, as quais foram aprovadas sem restrições. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Lélcio Guimarães Sotto Maior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) EZEQUIAS LOSSO,

Presidente

LÉLIO GUIMARÃES SOTTO MAIOR — Secretário

COMISSÃO DE REDAÇÃO

9a. LEGISLATURA — 1a. SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 19a. REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e um dias do mês de agosto do ano de hum mil novecentos e setenta e nove, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a Presidência do Senhor Deputado EZEQUIAS LOSSO. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, oportunidade em que o Senhor Deputado AUGUSTO CARNEIRO apresentou redação final aos seguintes processos: Projetos de Lei de n.ºs 66/79, 69/79, 71/79 e 76/79, bem como os Projetos de Resolução de n.ºs 23/79, 38/79, 63/79 e 67/79, as quais foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Lélío Guimarães Sotto Maior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) EZEQUIAS LOSSO — Presidente

LÉLIO GUIMARÃES SOTTO MAIOR — Secretário

COMISSÃO DE REDAÇÃO

9a. LEGISLATURA — 1a. SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 21a. REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e nove dias do mês de agosto do ano de hum mil novecentos e setenta e nove, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a Presidência do Senhor Deputado EZEQUIAS LOSSO. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, ocasião em que o Senhor Deputado AUGUSTO CARNEIRO apresentou redação final dos seguintes processos: Projetos de Lei n.ºs 113/78, 149/78, 56/79, 64/79, 72/79 e 77/79, bem como os Projetos de Resolução de n.ºs 68/79 - 69/79 - 70/79 e 72/79, as quais foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Lélío Guimarães Sotto Maior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) EZEQUIAS LOSSO — Presidente

LÉLIO GUIMARÃES SOTTO MAIOR — Secretário

COMISSÃO DE REDAÇÃO

9a. LEGISLATURA — 1a. SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 20a. REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e quatro dias do mês de agosto do ano de hum mil novecentos e setenta e nove, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a Presidência do Senhor Deputado EZEQUIAS LOSSO. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, oportunidade em que o Senhor Deputado RENATO BERNARDI, apresentou redação final aos seguintes processos: PROJETO DE LEI N.º 97/79 - de autoria do Poder Executivo - Mensagem n.º 73/79, que institui a Fundação Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos do Paraná - FIDEPAR. PROJETO DE LEI

N.º 98/79 - de autoria do Poder Executivo - Mensagem n.º 77/79, que encaminha anteprojeto de lei que abre crédito especial de Cr\$ 895.000.000,00 (oitocentos e noventa e cinco milhões de cruzeiros) para atender despesas com pessoal. PROJETO DE LEI N.º 108/79 - de autoria do Poder Executivo - Mensagem n.º 78/79, que encaminha anteprojeto de lei que dá nova redação ao artigo 1.º, da Lei n.º 7.079, de 08/10/79, que abre crédito especial de Cr\$..... ..2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros), para atender despesas com o Fundo de Previdência do Parlamentar - FEPPA, APROVADAS. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Lélío Guimarães Sotto Maior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) EZEQUIAS LOSSO — Presidente

LÉLIO GUIMARÃES SOTTO MAIOR — Secretário

COMISSÃO DE AGRICULTURA

9a. LEGISLATURA — 1a. SESSÃO LEGISLATIVA 2a. REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos oito dias do mês de agosto do ano de hum mil novecentos e setenta e nove, às dezoito horas, na Sala de Reuniões, compareceram os Senhores Deputados Ruben Valduga, Lázaro Dumont, Werner Wanderer, Pinto Dias, Trajano Bastos, Tadeu Lúcio Machado, Nelson Friedrich e Antônio Facci, membros da Comissão de Agricultura, e como convidado o Senhor Deputado Deni Schwartz. Havendo número legal, o Senhor Presidente abriu os trabalhos. Usando da palavra, o Senhor Presidente disse ter convocado a reunião da Comissão para a apreciação do requerimento do Senhor Deputado Deni Schwartz. O Senhor Presidente convidou o Senhor Deputado Deni Schwartz para que fizesse os esclarecimentos necessários. Usando da palavra o Senhor Deputado Deni, disse ser da maior necessidade os estudos para a criação de subsídios aos gêneros de primeira necessidade, sendo que esse foi o sentido de seu requerimento que hoje estamos apreciando nesta reunião, e que requeri que seja enviado expediente ao Senhor Presidente da República, ao Senhor Ministro da Fazenda, ao Senhor Ministro da Agricultura, ao Senhor Governador do Estado, e ao Senhor Secretário da Agricultura. Disse ainda o Senhor Deputado que o preço da saca de feijão chega às cooperativas ao preço de Cr\$ 450,00 e chega pela mão do intermediário ao Rio de Janeiro ao preço de Cr\$ 780,00. Sobre o trigo temos que admitir que o povo brasileiro consome pouco trigo. O Senhor Deputado fez uma explanação da situação agrícola do nosso Estado, do Brasil, falou também sobre a distribuição da "Cesta do Povo" que está sendo distribuída na Bahia, e a preços bem acessíveis. Usou da palavra, o Senhor Deputado Pinto Dias, dizendo que a Comissão de Agricultura deveria consultar a Secretaria da Agricultura, e marcar uma entrevista com o Senhor Secretário Reinhold Stephanes, para tratar do assunto. O Sr. Presidente indicou como relator, o Sr. Deputado Pinto Dias. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente e por mim, Marlene Couto de Cristo, secretária.

(aa) Deputado RUBEN VALDUGA — Presidente

MARLENE COUTO DE CRISTO — Secretária